

DEGUSTAÇÃO GRATUITA

Uma meta completa
com 300 questões comentadas.

LODF e Gestão Escolar: gestão democrática, PPP e conselhos escolares.

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

R$ 97,00 até 30/11

PROF. RODRIGO FRANCELINO | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DF

ANTES DE COMEÇAR

Como usar esta meta

Esta é uma **meta real do Programa de Metas**, do jeito que os alunos recebem. São **300 questões** no formato certo ou errado, divididas em duas partes, com o gabarito comentado ao final de cada uma.

Parte 1: LODF
150 questões sobre os Títulos I e II da Lei Orgânica do Distrito Federal, organizadas por capítulo.

Parte 2: Gestão Escolar
150 questões sobre gestão democrática, Projeto Político-Pedagógico e conselhos escolares.

Passo a passo

1. **Resolva sem consultar**
   Marque C ou E em cada item, como se fosse a prova.
2. **Confira o gabarito comentado**
   Ao final de cada parte, veja a resposta e a explicação.
3. **Volte nos erros**
   Releia o trecho da lei ou do tema que você errou. É aí que o aprendizado acontece.

No programa completo é assim toda semana.

Metas organizadas por assunto do edital, questões comentadas e acesso até o dia da prova. De ~~R$ 197,00~~ por **R$ 97,00** até 30/11.

QUERO AGORA

PARTE 1

Lei Orgânica do Distrito Federal (Títulos I e II)

150 questões | gabarito comentado ao final da parte

BLOCO I: TÍTULO I – DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO DISTRITO FEDERAL

1 O Distrito Federal, no exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á pela Lei Orgânica, desde que observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal. ☐ C ☐ E

2 O poder no Distrito Federal emana dos seus representantes eleitos, não se admitindo, nos termos da Lei Orgânica, o exercício direto da soberania popular. ☐ C ☐ E

3 A plena cidadania e a dignidade da pessoa humana são valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, essenciais à integração do Distrito Federal à união indissolúvel da República Federativa do Brasil. ☐ C ☐ E

4 O parágrafo único do art. 2º da LODF estabelece que ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, raça, cor, sexo ou convicções políticas, sendo tal proteção extensível à orientação sexual e à deficiência. ☐ C ☐ E

5 Um dos objetivos prioritários do Distrito Federal é garantir e promover os direitos humanos assegurados apenas na Constituição Federal. ☐ C ☐ E

6 A Lei Orgânica garante como objetivo prioritário promover o bem de todos, mas ressalva que a prioridade no atendimento das demandas sociais deve ser dada exclusivamente nas áreas de educação, saúde e moradia. ☐ C ☐ E

7 O Distrito Federal tem como objetivo prioritário assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público, mas não da eficácia dos serviços públicos. ☐ C ☐ E

8 A preservação da identidade do Distrito Federal exige a adequação das exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades. ☐ C ☐ E

9 A valorização e o desenvolvimento da cultura local, conforme a LODF, devem contribuir para a cultura brasileira. ☐ C ☐ E

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

10	O zelo pelo conjunto urbanístico de Brasília, tombado sob a inscrição nº 532 do Livro do Tombo Histórico, é um objetivo prioritário do Distrito Federal.	C	E
11	É um objetivo prioritário do Distrito Federal assegurar, por parte do Poder Público, a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas de infrações penais e de seus respectivos familiares, mas não das testemunhas.	C	E
12	A promoção, proteção e defesa dos direitos da criança, do adolescente e do jovem são expressamente previstos como objetivos prioritários do Distrito Federal.	C	E
13	Entre os objetivos prioritários do Distrito Federal está a valorização da vida e a adoção de políticas públicas de saúde, de assistência e de educação preventivas do suicídio.	C	E
14	A promoção da inclusão digital e o direito de acesso à Internet são objetivos prioritários recentes inseridos na Lei Orgânica.	C	E
15	O exercício do direito de petição ou representação é assegurado no Distrito Federal, dependendo, contudo, do pagamento de taxas ou emolumentos.	C	E
16	A soberania popular será exercida, nos termos da lei, exclusivamente por meio de plebiscito e referendo.	C	E
17	O voto é direto, secreto e tem valor igual para todos, sendo o sufrágio universal um dos instrumentos do exercício da soberania popular.	C	E
18	A Lei Orgânica proíbe a discriminação ou o prejuízo em razão de trabalho rural ou urbano, convicções filosóficas e por ter cumprido pena.	C	E
19	A preservação da autonomia do DF como unidade federativa constitui um de seus valores fundamentais.	C	E
20	A plena cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político são classificados pela LODF como objetivos prioritários.	C	E
21	A Lei Orgânica foi promulgada pelos Deputados Distritais em Brasília, em 8 de junho de 1993.	C	E
22	Proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum é um dos objetivos prioritários do DF.	C	E

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

23 Dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade em áreas como segurança pública, lazer e assistência social é um objetivo prioritário. ☐ C ☐ E

24 A Lei Orgânica do Distrito Federal constitui a Lei Fundamental do Distrito Federal, promulgada em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil. ☐ C ☐ E

25 O Distrito Federal tem como valor fundamental a plena cidadania, mas não o pluralismo político, que é assegurado apenas pela Constituição Federal. ☐ C ☐ E

BLOCO II: TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26 Brasília é a sede do governo do Distrito Federal e é a Capital da República Federativa do Brasil. ☐ C ☐ E

27 A bandeira, o hino e o brasão são os símbolos obrigatórios do Distrito Federal, sendo vedado o estabelecimento de outros símbolos por lei. ☐ C ☐ E

28 O Distrito Federal buscará a integração com a região do entorno, principalmente na execução de seu programa de desenvolvimento cultural e turístico. ☐ C ☐ E

29 O território do Distrito Federal é definido como o espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição. ☐ C ☐ E

30 Os símbolos do Distrito Federal devem ser utilizados obrigatoriamente em todo o território nacional. ☐ C ☐ E

BLOCO III: CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DF

31 O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas (RAs) visando, entre outros, à descentralização administrativa e à melhoria da qualidade de vida. ☐ C ☐ E

32 A lei disporá sobre a participação popular no processo de escolha do Administrador Regional, sendo a remuneração destes fixada em patamar nunca superior à dos Secretários de Estado do DF. ☐ C ☐ E

33 A nomeação de Administrador Regional submete-se à proibição de designação de pessoa condenada por decisão transitada em julgado por ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral. ☐ C ☐ E

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

34 As Administrações Regionais possuem autonomia administrativa e financeira, integrando, formalmente, a estrutura administrativa do Distrito Federal. ☐ C ☐ E

35 Cada Região Administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários com funções executivas e deliberativas, na forma da lei. ☐ C ☐ E

36 A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante decreto do Governador, após aprovação da maioria simples dos Deputados Distritais. ☐ C ☐ E

37 A criação de nova Região Administrativa implica a criação automática de Conselho Tutelar para a respectiva região. ☐ C ☐ E

38 Os Administradores Regionais são remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação. ☐ C ☐ E

39 A vedação de nomeação de cônjuge ou parente até o terceiro grau para cargo em comissão, prevista na LODF, não se aplica à nomeação para o cargo de Administrador Regional. ☐ C ☐ E

40 A lei que dispuser sobre a participação popular no processo de escolha do Administrador Regional deve ser de iniciativa privativa da Câmara Legislativa. ☐ C ☐ E

BLOCO IV: CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

41 Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, cabendo-lhe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal. ☐ C ☐ E

42 Organizar seu Governo e administração é competência privativa do Distrito Federal. ☐ C ☐ E

43 A criação, organização ou extinção de Regiões Administrativas é competência comum do Distrito Federal com a União. ☐ C ☐ E

44 É competência privativa do Distrito Federal instituir e arrecadar tributos, observada a competência cumulativa do Distrito Federal. ☐ C ☐ E

45 O Distrito Federal detém a competência privativa para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de interesse local, como o transporte coletivo, que possui caráter não essencial. ☐ C ☐ E

46	É competência privativa do Distrito Federal manter, com a cooperação técnica e financeira da União, programas de educação, prioritariamente de ensino médio.	C	E
47	A celebração e firmação de ajustes, consórcios e convênios com a União e os Estados para execução de suas leis e serviços é competência comum do Distrito Federal.	C	E
48	Elaborar e executar o plano plurianual e o orçamento anual é competência privativa do Distrito Federal.	C	E
49	A elaboração e execução do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) é competência privativa do DF para promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso e ocupação do solo urbano.	C	E
50	O Distrito Federal compete privativamente dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como dispor sobre a organização do quadro de seus servidores.	C	E
51	O licenciamento de estabelecimento industrial, comercial, prestador de serviços e similar, ou a cassação de seu alvará, quando se tornar danoso ao meio ambiente, é competência privativa do Distrito Federal.	C	E
52	Compete privativamente ao Distrito Federal a regulamentação e fiscalização do comércio ambulante, com exceção daquele que envolva papéis e outros resíduos recicláveis, que é competência comum com a União.	C	E
53	O exercício do poder de polícia administrativa é competência privativa do Distrito Federal.	C	E
54	É competência privativa dispor sobre a limpeza de logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos.	C	E
55	Dispor sobre a utilização de vias e logradouros públicos e disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e estradas, são competências privativas do Distrito Federal.	C	E
56	O licenciamento da construção de qualquer obra e a interdição de edificações em ruína são competências privativas do DF.	C	E
57	A competência privativa de dispor sobre publicidade externa não alcança a exibição de cartazes em logradouros públicos ou em locais de acesso público, mas apenas em locais privados visíveis destes.	C	E

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

58 Zelar pela guarda da Constituição Federal, desta Lei Orgânica, das leis e das instituições democráticas é competência comum do Distrito Federal com a União. ☐ C ☐ E

59 Conservar o patrimônio público e proteger documentos e outros bens de valor histórico e cultural são competências comuns. ☐ C ☐ E

60 Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, assim como preservar a fauna, a flora e o cerrado, são competências privativas do Distrito Federal, dado seu caráter peculiar. ☐ C ☐ E

61 Prestar serviços de assistência à saúde da população e de proteção a pessoas portadoras de deficiência é competência comum, exercida com a cooperação técnica e financeira da União. ☐ C ☐ E

62 Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência comum do DF com a União. ☐ C ☐ E

63 O registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território é competência comum do Distrito Federal. ☐ C ☐ E

64 É competência comum do DF e da União estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. ☐ C ☐ E

65 Lei complementar deve fixar norma para a cooperação entre a União e o Distrito Federal, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar no âmbito do território do Distrito Federal. ☐ C ☐ E

66 O Distrito Federal compete concorrentemente com a União legislar sobre direito penitenciário, econômico e urbanístico. ☐ C ☐ E

67 O Distrito Federal não possui competência concorrente para legislar sobre orçamento, uma vez que esta matéria é privativa da União. ☐ C ☐ E

68 Legislar sobre produção e consumo, bem como sobre proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico, é competência concorrente. ☐ C ☐ E

69 Na competência concorrente, o Distrito Federal, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União. ☐ C ☐ E

70 Inexistindo lei federal sobre normas gerais, o Distrito Federal exercerá competência legislativa plena, sendo que a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia de lei local no que lhe for contrário. ☐ C ☐ E

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

BLOCO V: CAPÍTULO IV – DAS VEDAÇÕES

71 É vedado ao Distrito Federal recusar fé aos documentos públicos e estabelecer cultos religiosos ou igrejas, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma da lei. ☐ C ☐ E

72 O Distrito Federal está proibido de subvencionar ou auxiliar, com recursos públicos, qualquer propaganda político-partidária ou com fins estranhos à administração pública, mesmo que veiculada por rádio ou televisão. ☐ C ☐ E

73 A doação de bens imóveis do patrimônio do Distrito Federal depende de expressa autorização da Câmara Legislativa, sob pena de nulidade do ato, não se aplicando esta regra à concessão de isenções fiscais. ☐ C ☐ E

74 A autorização para constituir ônus real sobre bens imóveis do Distrito Federal exige autorização expressa da Câmara Legislativa. ☐ C ☐ E

75 A vedação de subvencionar propaganda político-partidária não se aplica quando a propaganda for feita exclusivamente por serviço de alto-falante, desde que haja relevante interesse público. ☐ C ☐ E

BLOCO VI: CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

76 Os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência, aplicáveis à Administração Pública, são acrescidos, na LODF, dos princípios de razoabilidade, motivação, participação popular, transparência e interesse público. ☐ C ☐ E

77 Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros, sendo o acesso aos estrangeiros vedado. ☐ C ☐ E

78 A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. ☐ C ☐ E

79 O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. ☐ C ☐ E

80 Durante o prazo improrrogável previsto no edital, o aprovado em concurso público será convocado com preferência sobre novos concursados. ☐ C ☐ E

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

81 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. ☐ C ☐ E

82 A LODF exige que pelo menos cinquenta por cento dos cargos em comissão sejam preenchidos por servidores de carreira, nos casos e condições previstos em lei. ☐ C ☐ E

83 A lei definirá critérios de admissão e reservará percentual de cargos e empregos públicos para portadores de deficiência, garantindo as adaptações necessárias a sua participação em concursos públicos. ☐ C ☐ E

84 A contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público será estabelecida por meio de lei. ☐ C ☐ E

85 A remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e com distinção de índices, quando houver justificativa econômica. ☐ C ☐ E

86 A remuneração e o subsídio dos Deputados Distritais não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. ☐ C ☐ E

87 É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, mas os acréscimos pecuniários percebidos podem ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. ☐ C ☐ E

88 Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo. ☐ C ☐ E

89 Os subsídios e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal e na própria LODF. ☐ C ☐ E

90 A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público. ☐ C ☐ E

91 A acumulação remunerada de cargos públicos é permitida apenas em duas situações: a de dois cargos de professor e a de um cargo de professor com outro técnico ou científico. ☐ C ☐ E

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

92 A administração fazendária e seus agentes fiscais, aos quais compete exercer privativamente a fiscalização de tributos do Distrito Federal, terão, em suas áreas de competência, precedência sobre os demais setores administrativos. ☐ C ☐ E

93 A criação de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação exige lei específica, mas a lei complementar definirá as áreas de atuação apenas das fundações. ☐ C ☐ E

94 A criação de subsidiárias das entidades da administração indireta e a participação de qualquer delas em empresa privada dependem, em cada caso, de autorização legislativa. ☐ C ☐ E

95 Todo agente público, independentemente da natureza do cargo, emprego ou função, é obrigado a declarar seus bens apenas na posse. ☐ C ☐ E

96 Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado são obrigados a fazer declaração pública anual de seus bens. ☐ C ☐ E

97 É proibida a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa condenada por ato tipificado como causa de inelegibilidade, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena. ☐ C ☐ E

98 A vedação ao nepotismo se aplica à nomeação de parente por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança. ☐ C ☐ E

99 A vedação ao nepotismo não se aplica aos ocupantes de cargo efetivo da carreira em cuja estrutura esteja o cargo em comissão ou a função gratificada ocupada. ☐ C ☐ E

100 A percepção simultânea de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo público é vedada, ressalvados os cargos eletivos, os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, e os cargos acumuláveis na forma desta Lei Orgânica. ☐ C ☐ E

101 As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sendo o direito de regresso assegurado somente em casos de dolo. ☐ C ☐ E

102 Os atos administrativos são públicos, mas a lei pode impor sigilo no interesse da administração. ☐ C ☐ E

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

103 A administração é obrigada a fornecer certidão ou cópia autenticada de atos administrativos a qualquer interessado no prazo máximo de dez dias úteis. ☐ C ☐ E

104 A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas deve ser suspensa noventa dias antes das eleições, independentemente de serem essenciais ao interesse público. ☐ C ☐ E

105 A todos é assegurada a razoável duração do processo administrativo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. ☐ C ☐ E

BLOCO VII: CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

106 A administração tributária do Distrito Federal é composta por servidores das carreiras Auditoria Tributária e Gestão Fazendária. ☐ C ☐ E

107 As funções de fiscalização e o julgamento dos processos administrativos fiscais são exercidas privativamente por integrantes da carreira Auditoria Tributária, mas a arrecadação é função comum a ambas as carreiras. ☐ C ☐ E

108 O julgamento de processos fiscais em segunda instância é de competência de órgão colegiado, integrado unicamente por servidores da carreira Auditoria Tributária. ☐ C ☐ E

109 A administração tributária, por ser atividade essencial ao funcionamento do Distrito Federal, tem recursos prioritários para realização de suas atividades e atua de forma integrada com as administrações tributárias de todos os entes federados. ☐ C ☐ E

110 O lançamento, a fiscalização e a arrecadação de taxas que tenham como fato gerador o exercício do poder de polícia são exceções à competência privativa dos integrantes da carreira Auditoria Tributária. ☐ C ☐ E

BLOCO VIII: CAPÍTULO VI – DOS SERVIDORES PÚBLICOS

111 O Distrito Federal instituirá regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, autarquias e fundações públicas, sendo obrigatória a oitiva das entidades representativas dos servidores públicos nesse processo. ☐ C ☐ E

112 A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório deve observar a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira. ☐ C ☐ E

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

113 O Distrito Federal deve manter escola de governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos obrigatórios para promoção na carreira. ☐ C ☐ E

114 Os Secretários de Estado e os Administradores Regionais são remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação ou prêmio. ☐ C ☐ E

115 A lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, mas não entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, por serem regimes jurídicos distintos. ☐ C ☐ E

116 É um direito dos servidores públicos sujeitos ao regime jurídico único a gratificação do titular quando em substituição ou designado para responder pelo expediente. ☐ C ☐ E

117 A duração do trabalho normal para o servidor público é de quarenta horas semanais, não superior a oito horas diárias, sendo vedado ao Poder Público conceder compensação de horários. ☐ C ☐ E

118 A proteção especial à servidora gestante ou lactante pode envolver a adequação de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens. ☐ C ☐ E

119 O servidor público tem direito a atendimento em creche e pré-escola a seus dependentes e amamentação durante o horário do expediente nos 12 primeiros meses de vida da criança. ☐ C ☐ E

120 O desvio de função é vedado, exceto se for o caso de mudança de função concedida à servidora gestante, sob recomendação médica. ☐ C ☐ E

121 É garantida a promoção por merecimento ou antiguidade no serviço público, nos termos da lei. ☐ C ☐ E

122 A quitação da folha de pagamento do servidor ativo e inativo da administração direta, indireta e fundacional deve ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente, sob pena de incidência de atualização monetária, que se utilizará dos índices oficiais. ☐ C ☐ E

123 A remoção da servidora pública vítima de violência doméstica e familiar pela administração direta e indireta é condicionada ao interesse da administração e à comprovação da insuficiência de recursos. ☐ C ☐ E

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

124	É garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical, mas a lei disporá sobre licença sindical apenas para os dirigentes de sindicatos, excluindo os de federações.	C	E
125	O direito de greve é exercido nos termos e limites definidos em lei ordinária.	C	E
126	São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.	C	E
127	O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo estas as únicas hipóteses.	C	E
128	Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, o eventual ocupante da vaga, se não estável, será exonerado, e se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.	C	E
129	Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável deve ficar em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.	C	E
130	A avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, é condição para a aquisição da estabilidade.	C	E
131	O regime próprio de previdência social do servidor público efetivo é instituído por lei complementar, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.	C	E
132	O tempo de serviço público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.	C	E
133	Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos quaisquer benefícios, desde que decorrentes de reenquadramento ou transformação de cargo.	C	E
134	O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, qualquer que seja a causa mortis, até o limite estabelecido em lei.	C	E
135	É assegurada a contagem em dobro dos períodos de licença-prêmio não gozados, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.	C	E

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

136 Será concedida licença para atendimento de filho doente apenas à servidora mulher, mediante comprovação por atestado médico da rede oficial de saúde do Distrito Federal. ☐ C ☐ E

137 O servidor público efetivo tem assegurado o percebimento de adicional de um por cento por ano de serviço público efetivo, nos termos da lei. ☐ C ☐ E

138 A contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada é assegurada ao servidor. ☐ C ☐ E

139 A contagem, para todos os efeitos legais, do período em que o servidor estiver de licença concedida por junta médica oficial é assegurada ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional. ☐ C ☐ E

140 Aos servidores das empresas públicas e das sociedades de economia mista do Distrito Federal são assegurados os benefícios de proteção à gestante/lactante e a vedação ao desvio de função. ☐ C ☐ E

BLOCO IX: CAPÍTULO VIII – DOS BENS DO DISTRITO FEDERAL

141 São bens do Distrito Federal apenas os que atualmente lhe pertencem e os que vier a adquirir. ☐ C ☐ E

142 As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito são bens do Distrito Federal, excetuadas as decorrentes de obras da União, na forma da lei. ☐ C ☐ E

143 Os bens do Distrito Federal declarados inservíveis em processo regular poderão ser alienados, mediante licitação, sendo que a doação somente será admitida se a lei especificar os casos. ☐ C ☐ E

144 Os bens imóveis do Distrito Federal podem ser objeto de alienação, aforamento, comodato ou cessão de uso, mediante decreto do Governador, após prévia avaliação. ☐ C ☐ E

145 Todos os bens do Distrito Federal deverão ser cadastrados com a identificação respectiva. ☐ C ☐ E

146 A aquisição por compra ou permuta de bens imóveis do Distrito Federal dependerá de prévia avaliação e autorização da Câmara Legislativa. ☐ C ☐ E

147 O uso de bens do Distrito Federal por terceiros poderá ser feito mediante concessão administrativa de uso, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, na forma da lei. ☐ C ☐ E

148 O Governador encaminhará anualmente à Câmara Legislativa relatório sobre os bens do Distrito Federal objeto de concessão ou permissão de uso no exercício, e o descumprimento desta obrigação configura crime de responsabilidade. ☐ C ☐ E

149 Os bens públicos tornar-se-ão indisponíveis ou disponíveis por meio de afetação ou desafetação, respectivamente, nos termos da lei, sendo a desafetação admitida por lei específica, após audiência à população interessada. ☐ C ☐ E

150 O Distrito Federal utilizará seus bens dominiais como instrumento para a realização de políticas de ocupação ordenada do território. ☐ C ☐ E

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

Gabarito comentado: Parte 1

BLOCO I: TÍTULO I – DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO DISTRITO FEDERAL

01	CERTO	O Distrito Federal rege-se pela Lei Orgânica, observados os princípios constitucionais.
02	ERRADO	O poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica.
03	ERRADO	A plena cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são valores fundamentais (e não objetivos prioritários) do DF.
04	CERTO	O parágrafo único do art. 2º da LODF elenca diversos fatores de proteção contra discriminação, incluindo orientação sexual e deficiência.
05	ERRADO	É objetivo prioritário garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
06	ERRADO	Embora promover o bem de todos seja objetivo, a prioridade de atendimento das demandas da sociedade é dada em diversas áreas, incluindo educação, saúde, moradia, saneamento básico, lazer, transporte, segurança pública, trabalho e assistência social.
07	ERRADO	Os direitos de iniciativa do cidadão cobrem o controle da legalidade, legitimidade e eficácia dos serviços públicos.
08	CERTO	A LODF estabelece que a preservação da identidade do DF exige a adequação das exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades.
09	CERTO	A valorização e o desenvolvimento da cultura local visam contribuir para a cultura brasileira.
10	CERTO	O zelo pelo conjunto urbanístico de Brasília, conforme a inscrição nº 532, é expressamente citado como objetivo prioritário.
11	ERRADO	A proteção individualizada abrange tanto as vítimas quanto as testemunhas de infrações penais e seus respectivos familiares.
12	CERTO	A LODF inclui expressamente a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança, do adolescente e do jovem como objetivos prioritários.
13	CERTO	A valorização da vida e a adoção de políticas públicas de saúde, assistência e educação preventivas do suicídio são objetivos prioritários.

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

14	CERTO	A promoção da inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso são objetivos prioritários introduzidos por emenda.
15	ERRADO	O exercício do direito de petição ou representação é assegurado independentemente de pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância.
16	ERRADO	A soberania popular é exercida por plebiscito, referendo e iniciativa popular.
17	CERTO	O sufrágio universal, voto direto e secreto e com valor igual para todos são os instrumentos do exercício da soberania popular, nos termos da lei.
18	CERTO	A LODF proíbe discriminação em razão de trabalho rural ou urbano, convicções políticas ou filosóficas, ou por ter cumprido pena.
19	CERTO	A preservação de sua autonomia como unidade federativa é um dos valores fundamentais do Distrito Federal.
20	ERRADO	São classificados como valores fundamentais e não objetivos prioritários (que estão no art. 3º).
21	CERTO	A LODF foi promulgada em Brasília-DF, em 8 de junho de 1993.
22	CERTO	Este é o objetivo prioritário previsto no inciso V do art. 3º.
23	CERTO	Dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nessas áreas (segurança pública, lazer e assistência social), além de outras como educação, saúde, trabalho, transporte, moradia e saneamento básico, é um objetivo prioritário.
24	CERTO	Conforme o Preâmbulo, a LODF é a Lei Fundamental do Distrito Federal, promulgada respeitando os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil.
25	ERRADO	O pluralismo político é um dos valores fundamentais do Distrito Federal.

BLOCO II: TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26	CERTO	Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, é a sede do governo do Distrito Federal.
27	ERRADO	Embora a bandeira, o hino e o brasão sejam os símbolos, a lei poderá estabelecer outros símbolos e dispor sobre seu uso.

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

28	**ERRADO**	O DF buscará a integração com a região do entorno na execução de seu programa de desenvolvimento econômico-social.
29	**CERTO**	O território do Distrito Federal compreende o espaço físico-geográfico sob seu domínio e jurisdição.
30	**ERRADO**	A lei disporá sobre o uso dos símbolos no território do Distrito Federal.

BLOCO III: CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DF

31	**CERTO**	A organização em Regiões Administrativas visa a descentralização administrativa, a utilização racional de recursos e a melhoria da qualidade de vida.
32	**CERTO**	A lei disporá sobre a participação popular na escolha e a remuneração dos Administradores Regionais não pode ser superior à dos Secretários de Estado.
33	**CERTO**	A LODF estabelece que a proibição referente à nomeação de pessoa condenada por ato tipificado como causa de inelegibilidade se aplica à nomeação de Administrador Regional.
34	**ERRADO**	As Administrações Regionais integram a estrutura administrativa do Distrito Federal, mas não são autônomas.
35	**ERRADO**	O Conselho de Representantes Comunitários terá funções consultivas e fiscalizadoras, e não executivas e deliberativas.
36	**ERRADO**	A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.
37	**CERTO**	Com a criação de nova Região Administrativa, fica criado, automaticamente, Conselho Tutelar para a respectiva região.
38	**CERTO**	Os Administradores Regionais são remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou verba de representação.
39	**ERRADO**	A proibição de nepotismo aplica-se a todos os cargos em comissão e de confiança, incluindo os de Administrador Regional.
40	**ERRADO**	A LODF apenas diz que a lei disporá sobre a participação popular, não especificando a iniciativa privativa, que pertence ao Chefe do Poder Executivo para matérias de organização administrativa.

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

BLOCO IV: CAPÍTULO III – DA COMPETÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

41	CERTO	O DF tem competências legislativas cumulativas, reservadas aos Estados e Municípios, exercendo as que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal.
42	CERTO	Organizar seu Governo e administração é o primeiro inciso da competência privativa do Distrito Federal.
43	ERRADO	Criar, organizar ou extinguir Regiões Administrativas é competência privativa do Distrito Federal.
44	CERTO	A instituição e arrecadação de tributos, observada a competência cumulativa, é privativa do DF.
45	ERRADO	O transporte coletivo é serviço de interesse local e, de fato, tem caráter essencial.
46	ERRADO	A cooperação técnica e financeira da União é para programas de educação, prioritariamente de ensino fundamental e pré-escolar.
47	ERRADO	Celebrar ajustes, consórcios, convênios, acordos e decisões administrativas com a União, os Estados e os Municípios é competência privativa.
48	CERTO	Elaborar e executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual são competências privativas.
49	CERTO	A elaboração e execução do PDOT e da Lei de Uso e Ocupação do Solo são competências privativas para promover o ordenamento territorial.
50	CERTO	A competência para dispor sobre criação/extinção de cargos, empregos e funções públicas e organização do quadro de servidores é privativa.
51	CERTO	Licenciar ou cassar alvará de estabelecimentos danosos ao meio ambiente, à saúde ou ao bem-estar é competência privativa.
52	ERRADO	A regulamentação e fiscalização do comércio ambulante, inclusive o de papéis e de outros resíduos recicláveis, é competência privativa.
53	CERTO	O exercício do poder de polícia administrativa é competência privativa do Distrito Federal.
54	CERTO	Dispor sobre a limpeza de logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos é competência privativa.
55	CERTO	Dispor sobre a utilização de vias e logradouros públicos e disciplinar o trânsito local são competências privativas.

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

56	CERTO	Licenciar a construção de qualquer obra e interditar edificações são competências privativas.
57	ERRADO	A competência privativa de dispor sobre publicidade externa abrange, em especial, a exibição de cartazes em logradouros públicos, em locais de acesso público ou destes visíveis.
58	CERTO	Zelar pela guarda dos documentos legais e democráticos é competência comum do DF com a União.
59	CERTO	A conservação do patrimônio público, histórico e cultural é competência comum.
60	ERRADO	Proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar a fauna, a flora e o cerrado são competências comuns com a União.
61	CERTO	Prestar serviços de assistência à saúde e proteção a pessoas com deficiência, com cooperação técnica e financeira da União, é competência comum.
62	CERTO	Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é competência comum.
63	CERTO	O registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de recursos hídricos e minerais no seu território é competência comum.
64	CERTO	Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é competência comum.
65	CERTO	A cooperação entre a União e o DF, para fins de desenvolvimento e bem-estar, deve ser fixada por lei complementar.
66	CERTO	Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico estão na lista de competência concorrente.
67	ERRADO	Legislar sobre orçamento é competência concorrente do Distrito Federal com a União.
68	CERTO	Produção e consumo, bem como a proteção do patrimônio, são matérias de competência concorrente.
69	CERTO	O DF, no exercício de sua competência suplementar, deve observar as normas gerais da União.
70	ERRADO	Inexistindo lei federal, o DF exercerá competência plena. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei local no que lhe for contrário, e não a revoga.

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

BLOCO V: CAPÍTULO IV – DAS VEDAÇÕES

71	CERTO	Estas são vedações expressas ao DF, ressalvada a colaboração de interesse público.
72	CERTO	A vedação é clara: proíbe subvencionar ou auxiliar, com recursos públicos, propaganda político-partidária ou com fins estranhos à administração pública por qualquer meio de comunicação.
73	ERRADO	A vedação se aplica tanto à doação de bens imóveis quanto à concessão de isenções fiscais ou remissões de dívidas, exigindo expressa autorização da Câmara Legislativa.
74	CERTO	Doar bens imóveis ou constituir sobre eles ônus real dependem de expressa autorização da Câmara Legislativa.
75	ERRADO	A proibição alcança o serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, e é taxativa contra a propaganda político-partidária ou com fins estranhos à administração pública.

BLOCO VI: CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

76	CERTO	Além dos constitucionais, a LODF inclui expressamente os princípios de razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, eficiência e interesse público.
77	ERRADO	Os cargos são acessíveis aos brasileiros assim como aos estrangeiros, na forma da legislação.
78	ERRADO	A investidura depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
79	CERTO	O prazo de validade do concurso é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
80	ERRADO	O aprovado será convocado com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargo ou emprego na carreira.
81	CERTO	As funções de confiança são exclusivas para servidores efetivos e destinam-se a direção, chefia e assessoramento.
82	CERTO	O texto da LODF (Art. 19, V) exige "pelo menos cinquenta por cento dos cargos em comissão" preenchidos por servidores de carreira.
83	CERTO	A lei reservará percentual e garantirá as adaptações necessárias para a participação de portadores de deficiência em concursos públicos.

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

84	CERTO	A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
85	ERRADO	A revisão geral anual é assegurada, mas deve ser sem distinção de índices.
86	ERRADO	O limite remuneratório aplica-se à maioria dos agentes públicos, mas o subsídio dos Deputados Distritais é expressamente excluído dessa regra.
87	ERRADO	É vedada a vinculação, e os acréscimos pecuniários percebidos não são computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
88	CERTO	Os vencimentos do Poder Legislativo não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
89	CERTO	Os subsídios e vencimentos são irredutíveis, ressalvadas as disposições específicas, como o teto remuneratório e limites constitucionais.
90	CERTO	A proibição de acumulação abrange a administração indireta, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias/controladas.
91	ERRADO	A acumulação permitida abrange três hipóteses: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
92	CERTO	A administração fazendária e seus agentes fiscais terão precedência sobre os demais setores administrativos em suas áreas de competência e jurisdição.
93	CERTO	Autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista são criadas/autorizadas por lei específica; a fundação é autorizada por lei específica, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.
94	CERTO	A criação de subsidiárias e a participação em empresas privadas dependem de autorização legislativa, em cada caso.
95	ERRADO	O agente público é obrigado a declarar seus bens na posse, exoneração ou aposentadoria.
96	CERTO	Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado (entre outros) são obrigados a fazer declaração pública anual de seus bens.
97	CERTO	A proibição se estende desde a condenação até 8 anos após o cumprimento da pena, salvo decisão judicial de absolvição ou extinção da punibilidade.
98	CERTO	O nepotismo se aplica a cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

99	CERTO	A vedação ao nepotismo não se aplica aos ocupantes de cargo efetivo da carreira em cuja estrutura esteja o cargo em comissão ou a função gratificada ocupada.
100	CERTO	A regra geral é a vedação, com ressalva para os cargos acumuláveis, eletivos e em comissão.
101	ERRADO	O direito de regresso contra o agente responsável é assegurado nos casos de dolo ou culpa.
102	CERTO	Os atos administrativos são públicos, mas a lei pode impor sigilo no interesse da administração.
103	ERRADO	O prazo máximo para fornecer certidão ou cópia autenticada de atos, contratos e convênios administrativos a qualquer interessado é de trinta dias.
104	ERRADO	A publicidade deve ser suspensa noventa dias antes das eleições, mas ressalvadas aquelas essenciais ao interesse público.
105	CERTO	A LODF assegura a razoável duração do processo administrativo e os meios que garantam a celeridade.

BLOCO VII: CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

106	CERTO	A administração tributária é composta por servidores das carreiras Auditoria Tributária e Gestão Fazendária.
107	ERRADO	As funções de lançamento, fiscalização e arrecadação e o julgamento dos processos administrativos fiscais são exercidas privativamente por integrantes da carreira Auditoria Tributária.
108	ERRADO	O órgão colegiado de segunda instância é integrado por servidores da carreira Auditoria Tributária e representantes dos contribuintes.
109	CERTO	A administração tributária é atividade essencial, possui recursos prioritários e atua de forma integrada com todos os entes federados (União, estados e municípios).
110	CERTO	O lançamento, a fiscalização e a arrecadação de taxas que tenham como fato gerador o exercício do poder de polícia, bem como o julgamento decorrente, são excetuados da competência privativa da carreira Auditoria Tributária.

BLOCO VIII: CAPÍTULO VI – DOS SERVIDORES PÚBLICOS

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

111	CERTO	O DF instituirá regime jurídico único para a administração direta, autarquias e fundações públicas, e no exercício dessa competência, serão ouvidas as entidades representativas.
112	CERTO	A fixação dos padrões de vencimento deve observar a natureza, o grau de responsabilidade, as peculiaridades e a complexidade dos cargos, além dos requisitos para a investidura.
113	CERTO	A manutenção de escola de governo para aperfeiçoamento e a participação nos cursos é um dos requisitos para promoção na carreira.
114	CERTO	Membros de Poder, detentores de mandato eletivo, Secretários de Estado e Administradores Regionais são remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou verba de representação.
115	ERRADO	A isonomia de vencimentos é assegurada para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo.
116	CERTO	A gratificação do titular em substituição ou designado para responder pelo expediente é direito dos servidores.
117	ERRADO	O trabalho normal não é superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, e é facultado ao Poder Público conceder a compensação de horários e a redução da jornada.
118	CERTO	A proteção especial inclui a adequação ou mudança temporária de funções, sem prejuízo das vantagens.
119	CERTO	O servidor tem direito a atendimento em creche/pré-escola e amamentação durante o expediente nos 12 primeiros meses de vida.
120	CERTO	O desvio de função é vedado, mas a mudança de função para gestante, sob recomendação médica, é uma ressalva expressa.
121	CERTO	A promoção por merecimento ou antiguidade, nos termos da lei, é um direito.
122	CERTO	O prazo é até o quinto dia útil do mês subsequente, sob pena de atualização monetária pelos índices oficiais.
123	ERRADO	A remoção da servidora vítima de violência doméstica é garantida independentemente do interesse da administração.
124	ERRADO	A lei disporá sobre licença sindical para dirigentes de federações e sindicatos de servidores públicos.
125	ERRADO	O direito de greve é exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

126 CERTO — Os servidores nomeados para cargo efetivo por concurso público tornam-se estáveis após três anos de efetivo exercício.

127 ERRADO — Há três hipóteses para perda do cargo: sentença judicial transitada em julgado; processo administrativo com ampla defesa; e procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

128 CERTO — Invalidada a demissão do estável, ele é reintegrado, e o eventual ocupante estável é reconduzido ao cargo de origem, sem indenização.

129 ERRADO — O servidor estável, em caso de cargo extinto ou desnecessário, ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

130 CERTO — A avaliação especial de desempenho, por comissão específica, é condição para a aquisição da estabilidade.

131 CERTO — O regime próprio de previdência social é instituído por lei complementar, observando o equilíbrio financeiro e atuarial.

132 CERTO — O tempo de serviço público em qualquer ente federado (federal, estadual, municipal ou DF) é computado integralmente para aposentadoria e disponibilidade.

133 ERRADO — Os proventos dos aposentados serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sendo estendidos quaisquer benefícios ou vantagens, inclusive quando decorrentes de reenquadramento, transformação ou reclassificação.

134 CERTO — A pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do falecido, qualquer que seja a causa mortis, até o limite estabelecido em lei.

135 ERRADO — A contagem em dobro dos períodos de licença-prêmio não gozados é assegurada apenas para efeito de aposentadoria, e não para disponibilidade.

136 ERRADO — A licença é concedida a homem ou mulher para atendimento de filho, genitor e cônjuge doente.

137 CERTO — O adicional de um por cento por ano de serviço público efetivo é um direito assegurado ao servidor, nos termos da lei.

138 CERTO — A contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada é assegurada, nos termos da Constituição Federal.

139 CERTO — A contagem para todos os efeitos legais do período de licença por junta médica oficial é um direito assegurado ao servidor da administração direta, autárquica e fundacional.

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

140 CERTO — Os benefícios de proteção à gestante/lactante, atendimento em creche e vedação ao desvio de função são estendidos aos servidores das empresas públicas e sociedades de economia mista do DF.

BLOCO IX: CAPÍTULO VIII – DOS BENS DO DISTRITO FEDERAL

141 ERRADO — São bens do DF os que lhe pertencem, os que vier a adquirir ou lhe forem atribuídos.

142 CERTO — As águas superficiais ou subterrâneas são bens do Distrito Federal, ressalvadas as decorrentes de obras da União, na forma da lei.

143 CERTO — Bens inservíveis podem ser alienados mediante licitação, cabendo doação somente nos casos que a lei especificar.

144 ERRADO — A alienação, aforamento, comodato ou cessão de uso de bens imóveis do DF depende de autorização legislativa.

145 CERTO — Todos os bens do Distrito Federal deverão ser cadastrados com a identificação respectiva.

146 CERTO — A aquisição por compra ou permuta, bem como a alienação de imóveis, depende de prévia avaliação e autorização da Câmara Legislativa.

147 CERTO — O uso dos bens do DF por terceiros pode ser feito mediante concessão administrativa de uso, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público.

148 CERTO — O Governador encaminhará relatório anual sobre bens objeto de concessão ou permissão, e o descumprimento é considerado crime de responsabilidade.

149 CERTO — A indisponibilidade ocorre por afetação e a disponibilidade por desafetação, nos termos da lei. A desafetação requer lei específica e ampla audiência à população interessada.

150 CERTO — A LODF estabelece que o Distrito Federal utilizará seus bens dominiais como instrumento para a realização de políticas de ocupação ordenada do território.

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

PARTE 2

Gestão Escolar: Gestão Democrática, PPP e Conselhos Escolares

150 questões | gabarito comentado ao final da parte

BLOCO I: GESTÃO DEMOCRÁTICA

1. A gestão democrática no sistema educacional público é primariamente um instrumento que busca a superação das relações competitivas, corporativas e autoritárias no ambiente escolar. ☐ C ☐ E

2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que o sistema de ensino definirá as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, excluindo o Distrito Federal dessa prerrogativa. ☐ C ☐ E

3. Um dos princípios basilares da gestão democrática do ensino público é a participação exclusiva dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola. ☐ C ☐ E

4. A gestão democrática implica a descentralização das tomadas de decisões, o que se manifesta na socialização do poder e em relações mais horizontalizadas na escola. ☐ C ☐ E

5. O processo de gestão democrática é assegurado pela participação social na formulação de políticas educacionais, planejamento e tomada de decisões. ☐ C ☐ E

6. Na perspectiva da gestão democrática, a autonomia escolar garantida pelo princípio da Liberdade é irrestrita, permitindo que a escola tome decisões independentemente do ordenamento jurídico e das políticas públicas. ☐ C ☐ E

7. A LGD/DF (Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal) estabelece que a Assembleia Geral Escolar constitui-se como a instância máxima de participação direta da comunidade escolar. ☐ C ☐ E

8. De acordo com a LGD/DF, os estudantes habilitados como eleitores devem ter idade mínima de 13 anos e frequência superior a 50% das aulas no bimestre anterior. ☐ C ☐ E

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

9 A gestão democrática é um fator de melhoria da qualidade da educação, pois exige que as decisões sejam tomadas a partir de normas coletivamente construídas, sustentadas no diálogo e na alteridade. ☐ C ☐ E

10 O ato de educar, inerente à gestão democrática, possui um viés político que impõe o repensar da estrutura de poder, visando a quebra com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia. ☐ C ☐ E

11 A Conferência Distrital de Educação, segundo a legislação do DF, tem como um de seus objetivos propor políticas educacionais que garantam a qualidade social da educação, o acesso e a permanência na escola. ☐ C ☐ E

12 A LGD/DF prevê que, na hipótese de inexistência de Conselho Escolar constituído, a direção da unidade escolar será a responsável pela convocação da Assembleia Geral Escolar. ☐ C ☐ E

13 A eleição para gestores, por meio do voto direto dos segmentos da comunidade escolar, é uma manifestação da democracia nas eleições das instituições. ☐ C ☐ E

14 A LGD/DF lista os órgãos colegiados, como o Conselho de Classe e a direção da unidade escolar, como mecanismos de participação para a efetivação da Gestão Democrática. ☐ C ☐ E

15 A GD pressupõe que o envolvimento da comunidade escolar abranja apenas a discussão de questões pedagógicas, cabendo à equipe gestora a tomada de decisões administrativas e financeiras. ☐ C ☐ E

16 A gestão democrática não é um fim em si mesma, mas um meio para a construção de uma escola cidadã, comprometida com a transformação social e a emancipação dos sujeitos. ☐ C ☐ E

17 No DF, o Plano de Trabalho para a Gestão da Escola, apresentado pelos candidatos à direção, deve explicitar os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros prioritários, incluindo as estratégias para a participação da comunidade. ☐ C ☐ E

18 Em conformidade com a LGD/DF, o voto na eleição para diretor e vice-diretor é direto, secreto e por representação. ☐ C ☐ E

19 Na eleição para diretor e vice-diretor no DF, o cômputo dos votos é paritário, atribuindo 50% do peso aos profissionais da educação e 50% aos estudantes e pais ou responsáveis. ☐ C ☐ E

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

20	O quórum mínimo de votação exigido pela LGD/DF para o conjunto dos estudantes e pais/responsáveis na eleição de gestores é de 50% dos habilitados.	☐ C	☐ E
21	O princípio da gestão democrática, na visão de Freire, demanda a quebra da cultura de domesticação e a formação de cidadãos conscientes, críticos e capazes de intervir no mundo.	☐ C	☐ E
22	A LDB, em seu artigo 14, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público, de acordo com as suas peculiaridades.	☐ C	☐ E
23	Na perspectiva da Gestão Democrática, a Valorização do Magistério abrange a melhoria salarial, mas também a oferta de melhores condições de trabalho e a formação continuada.	☐ C	☐ E
24	A gestão democrática do ensino público deve garantir a participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes.	☐ C	☐ E
25	A Assembleia Geral Escolar, no Distrito Federal, reunirá-se ordinariamente a cada três meses ou, extraordinariamente, sempre que for necessário.	☐ C	☐ E
26	O Fórum dos Conselhos Escolares é um órgão colegiado que busca fortalecer o funcionamento dos Conselhos Escolares e efetivar o processo democrático nas unidades educacionais.	☐ C	☐ E
27	A GD, no âmbito da escola, busca romper com a hierarquia, instaurando relações horizontalizadas e favorecendo a partilha de poder entre todos os segmentos.	☐ C	☐ E
28	A gestão democrática, ao se constituir em espaço de deliberação coletiva, deve envolver estudantes, profissionais da educação, mães, pais ou responsáveis no processo decisório.	☐ C	☐ E
29	Para a Gestão Democrática, a participação da comunidade escolar é um princípio, mas a participação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola é uma incumbência exclusiva da equipe gestora.	☐ C	☐ E
30	O Fórum dos Conselhos Escolares, segundo a LDB, será composto por dois representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino e dois representantes de cada conselho escolar da circunscrição.	☐ C	☐ E
31	A GD, vista como instrumento de transformação social, deve articular a escola com outras organizações, visando à construção de uma sociedade fundada na justiça social e na igualdade.	☐ C	☐ E

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

32 Segundo a LGD/DF, em caso de empate na eleição para diretor, terá precedência a chapa em que o candidato a diretor apresentar maior tempo de efetivo exercício na unidade escolar. ☐ C ☐ E

33 O Grêmio Estudantil é um mecanismo de Gestão Democrática que deve ser estimulado para o desenvolvimento da cidadania e autonomia dos estudantes. ☐ C ☐ E

34 A LDB incumbe os estabelecimentos de ensino de elaborar e executar sua proposta pedagógica e informar pais e responsáveis sobre a execução desta. ☐ C ☐ E

35 Na visão freireana, a gestão democrática exige o respeito ao outro e a construção de um espaço favorável para a participação e o diálogo, permitindo a todos a liberdade e a coragem de intervir e ter voz. ☐ C ☐ E

36 A Gestão Democrática é plenamente concretizada na escola quando o PPP é elaborado coletivamente, servindo como guia para gestores, professores, funcionários e comunidade escolar em geral. ☐ C ☐ E

37 Conforme a LGD/DF, é vedada a participação de profissionais da educação, pais, mães ou responsáveis por estudantes como eleitores nas eleições para diretor e vice-diretor. ☐ C ☐ E

38 A Assembleia Geral Escolar tem, entre suas competências, a aprovação ou reprovação da prestação de contas dos recursos repassados à unidade escolar, previamente ao encaminhamento devido aos órgãos de controle. ☐ C ☐ E

39 O mandato do profissional da educação investido na função de conselheiro escolar é assegurado em sua permanência na unidade escolar pelo período do mandato e por um ano após seu término, salvo exceções legais. ☐ C ☐ E

40 O Projeto Político Pedagógico, na perspectiva freireana, não é uma doação de informes, mas a devolução organizada e sistematizada dos elementos entregues pelo povo de forma desestruturada. ☐ C ☐ E

41 A gestão democrática do ensino público está centrada na autonomia administrativa e financeira da escola, não se estendendo à autonomia pedagógica, que é competência dos órgãos centrais. ☐ C ☐ E

42 O princípio da Gestão Democrática exige que o trabalho na escola seja desenvolvido de forma espontânea, eliminando a necessidade de planejamento prévio detalhado. ☐ C ☐ E

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

43 No contexto da LGD/DF, os estudantes habilitados como eleitores têm direito a apenas um voto por escola em que estejam matriculados, independentemente do número de responsáveis. ☐ C ☐ E

44 O processo de GD busca a construção de uma escola pública de qualidade, sendo também uma oportunidade de vivência e aprendizado prático da democracia. ☐ C ☐ E

45 A gestão democrática se manifesta no PPP, promovendo uma forma de organização do trabalho pedagógico que se preocupa em desvelar conflitos e eliminar relações autoritárias. ☐ C ☐ E

46 O PPP, por ser o documento que expressa a identidade da escola, deve ser elaborado exclusivamente pela equipe gestora, visando à maior eficiência na definição das metas. ☐ C ☐ E

47 O processo de GD não implica submissão à normatividade, mas sim um processo de tradução pedagógica das diretrizes nacionais para a realidade da escola. ☐ C ☐ E

48 Na eleição para a direção no DF, a Comissão Eleitoral Local é designada pelo Conselho Escolar. ☐ C ☐ E

49 A Gestão Democrática exige que o conselho escolar, como órgão deliberativo, tome decisões com base na hierarquia das funções, onde o voto do diretor tem maior peso. ☐ C ☐ E

50 A gestão democrática busca incentivar o protagonismo dos professores e alunos nas mudanças e assegurar que todos possam ter voz e vez nas decisões. ☐ C ☐ E

BLOCO II: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

51 O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento de identidade da escola que serve como guia para gestores, professores, funcionários e comunidade escolar em geral. ☐ C ☐ E

52 O PPP, por ser um plano global da instituição, deve ser um documento estático, definitivo e arquivado após sua elaboração para garantir a estabilidade das diretrizes. ☐ C ☐ E

53 A dimensão política do PPP diz respeito ao compromisso social e à formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, e não à filiação partidária da equipe gestora. ☐ C ☐ E

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

54 A LDB estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino elaborarem e executarem sua proposta pedagógica, o que confere ao PPP caráter legal. ☐ C ☐ E

55 O PPP é um documento que deve ser elaborado de forma participativa, por meio de um planejamento participativo, envolvendo toda a comunidade escolar. ☐ C ☐ E

56 Na visão de Celso Vasconcellos, a sistematização do PPP é considerada "nunca definitiva" e deve se aperfeiçoar e se concretizar continuamente na caminhada da escola. ☐ C ☐ E

57 O Marco Referencial de Vasconcellos para a construção do PPP é composto pelo Marco Situacional, Marco Doutrinal e Marco Operativo. ☐ C ☐ E

58 O Marco Situacional do PPP deve ser elaborado com base em um diagnóstico que contemple a realidade da escola, seus resultados de rendimento e o contexto sociocultural em que está inserida. ☐ C ☐ E

59 A dimensão pedagógica do PPP define e organiza as atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem, sendo um instrumento clarificador da ação educativa. ☐ C ☐ E

60 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) substitui o PPP, pois ela já estabelece os direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes do país. ☐ C ☐ E

61 Um PPP de qualidade, segundo Veiga, nasce da própria realidade escolar, explicita as causas dos problemas e implica a ação articulada de todos os envolvidos. ☐ C ☐ E

62 O princípio da Liberdade no PPP é sinônimo de Autonomia, mas essa autonomia deve respeitar as normas e a legislação educacional. ☐ C ☐ E

63 O PPP deve ser intencional e, por ser alterado pela realidade local e decidido conforme a intenção da comunidade escolar, é impossível que seja neutro. ☐ C ☐ E

64 Os objetivos e necessidades em âmbito nacional devem prevalecer sobre os objetivos e necessidades locais na formulação do PPP para garantir a equidade curricular. ☐ C ☐ E

65 O PPP deve ser um documento vivo, que serve de parâmetro para a discussão e implementação de ações de curto, médio e longo prazos, e não apenas uma formalidade burocrática. ☐ C ☐ E

66 Segundo a LGD/DF, o Plano de Trabalho para a Gestão da Escola deve destacar os objetivos e metas para melhoria da qualidade da educação, bem como as estratégias para a participação da comunidade e a preservação do patrimônio público. ☐ C ☐ E

67 A construção coletiva do PPP, por envolver diferentes opiniões e segmentos, é um processo que pode dificultar a consolidação das propostas, mas garante maior legitimidade. ☐ C ☐ E

68 É dever da escola construir seu próprio PPP, sendo de suma importância valorizar a história da instituição e de seus sujeitos no processo. ☐ C ☐ E

69 O PPP deve ser acessível a todos os membros da comunidade escolar, não devendo ser um documento guardado em gavetas. ☐ C ☐ E

70 Os princípios norteadores do PPP, na visão de Veiga, incluem a Igualdade, a Qualidade, a Gestão Democrática, a Liberdade e a Valorização do Magistério. ☐ C ☐ E

71 A BNCC é um documento normativo que define os direitos de aprendizagem, servindo como norte para as diretrizes que estarão especificadas no PPP da escola. ☐ C ☐ E

72 Para que o PPP cumpra seu papel de definidor e articulador dos processos políticos e pedagógicos, é necessário que ele seja constantemente reavaliado. ☐ C ☐ E

73 A autonomia pedagógica da escola supõe a elaboração de um currículo com total independência dos referenciais curriculares nacionais e estaduais, como a BNCC. ☐ C ☐ E

74 O termo PPP é uma expressão carregada de significados: "projeto" remete ao plano de ação com intenção; "político" ao compromisso social; e "pedagógico" à organização das atividades de ensino. ☐ C ☐ E

75 O PPP é o principal documento da escola, e todos os demais documentos, como o regimento escolar e o plano de trabalho, devem estar baseados e referenciados nele. ☐ C ☐ E

76 A elaboração do PPP não pode ser delegada a consultores externos ou ser feita por meio de cópias de modelos prontos, pois isso compromete o pertencimento e a identidade da escola. ☐ C ☐ E

77 O PPP de uma escola de Educação Infantil deve ser diferente do PPP de uma escola de Ensino Médio, pois deve representar as características e condições reais de cada unidade escolar. ☐ C ☐ E

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

78 O planejamento pedagógico integrado é uma estratégia essencial no alinhamento do PPP à BNCC, exigindo que as ações e avaliações estejam articuladas ao documento. ☐ C ☐ E

79 A BNCC, ao ser incorporada ao PPP, exige do gestor escolar a participação em momentos de formação promovidos pela secretaria de educação do seu município e estado. ☐ C ☐ E

80 O PPP deve ser atualizado a cada dois anos, por ser um documento vivo e não acabado, exigindo constante reelaboração. ☐ C ☐ E

81 A construção do PPP deve incluir um diagnóstico inicial das práticas pedagógicas e do aprendizado dos alunos, o que é o primeiro passo para traçar diretrizes condizentes com o futuro da instituição. ☐ C ☐ E

82 Para Ilma Passos Veiga, o PPP é de qualidade quando implica ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola, em um planejamento que se aperfeiçoa na caminhada. ☐ C ☐ E

83 A BNCC, ao definir competências e habilidades, exige que o PPP da escola atue como instrumento de mediação crítica, adaptando as diretrizes nacionais à realidade local. ☐ C ☐ E

84 O PPP deve orientar as ações administrativas, financeiras e pedagógicas da escola, demonstrando que ele abrange o plano global da instituição. ☐ C ☐ E

85 O conceito de currículo, que compõe o PPP, deve ir além da seleção de conteúdos, sendo um campo de disputas que define o que, como, para quem e com que finalidade ensinar. ☐ C ☐ E

86 O PPP de uma instituição de ensino regular deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), incluindo o plano de AEE. ☐ C ☐ E

87 O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que busque eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com o mando da burocracia. ☐ C ☐ E

88 O PPP de uma escola, para ser de qualidade, deve se reduzir à dimensão curricular e ao processo de ensino-aprendizagem, sem se preocupar com as demandas internas e externas da comunidade. ☐ C ☐ E

89 O princípio da Igualdade no PPP busca garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola. ☐ C ☐ E

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

90 No que tange à qualidade no PPP, o documento deve atuar para que haja igualdade no ponto de chegada dos alunos, mesmo havendo desigualdade no ponto de partida. ☐ C ☐ E

91 O PPP deve contemplar ações que possibilitem a plena inserção de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, reconhecendo suas potencialidades e particularidades. ☐ C ☐ E

92 A construção do PPP deve ser permeada pela ideia de promoção de uma educação democrática e inclusiva, que valorize a diversidade e a individualidade de cada sujeito. ☐ C ☐ E

93 O currículo é um dispositivo de grande efeito para a construção da identidade cultural dos estudantes, sendo parte integrante do PPP. ☐ C ☐ E

94 O PPP da escola é elaborado pelos profissionais da escola juntamente com os demais membros da comunidade escolar, sendo um compromisso político e pedagógico coletivo. ☐ C ☐ E

95 A dimensão política do PPP se refere exclusivamente às práticas didáticas que permitem atingir os objetivos gerais e a organização do trabalho pedagógico em sala de aula. ☐ C ☐ E

96 O PPP deve incluir a história da instituição, a caracterização física, a organização administrativa, a equipe, o diagnóstico da realidade, a função social da escola e os fundamentos teóricos. ☐ C ☐ E

97 O PPP, por ter sido construído coletivamente, pode ser considerado um produto acabado, pois representa o consenso da comunidade escolar. ☐ C ☐ E

98 O PPP é o documento oficial pelo qual as escolas e os cursos mostram suas finalidades, concepções educacionais, intenções, escolhas e orientações metodológicas. ☐ C ☐ E

99 Em uma perspectiva freireana, o PPP precisa ser constantemente reavaliado e revisitado, pois a esperança se faz presente enquanto os sujeitos lutam e agem. ☐ C ☐ E

100 A mera matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação é suficiente para que o PPP da escola se constitua como um espaço inclusivo. ☐ C ☐ E

BLOCO III: CONSELHOS ESCOLARES

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

101 O Conselho Escolar (CE) se constitui em um órgão colegiado no interior da instituição educacional, sendo um instrumento fundamental para a efetivação da gestão democrática do ensino público. ☐ C ☐ E

102 O Conselho Escolar é um órgão colegiado cujo poder decisório é hierárquico, garantindo que o diretor da escola tenha a palavra final na maioria das deliberações. ☐ C ☐ E

103 O CE, em sua função Deliberativa, tem a competência específica para decidir em instância final sobre determinadas questões, como a aprovação do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar. ☐ C ☐ E

104 A etimologia do termo "conselho" remete ao significado de ouvir alguém ou submeter algo a uma deliberação, apontando para um caráter público e participativo. ☐ C ☐ E

105 A função Fiscal do Conselho Escolar limita-se à fiscalização do uso racional e transparente dos recursos financeiros recebidos pela escola, excluindo os aspectos pedagógicos e administrativos. ☐ C ☐ E

106 O Conselho Escolar possui, entre suas funções, a Consultiva, a Fiscal, a Mobilizadora e a Recursal. ☐ C ☐ E

107 A função Mobilizadora do Conselho ocorre quando ele faz um movimento para consulta pública à comunidade ou busca ouvir propostas para a construção da proposta pedagógica da instituição. ☐ C ☐ E

108 A atuação de um conselheiro escolar é considerada serviço público relevante, e sua função é uma atividade remunerada, devido à importância de sua participação na gestão. ☐ C ☐ E

109 Podem fazer parte do Conselho Escolar representantes de todos os segmentos da comunidade escolar: alunos, professores, direção e funcionários. ☐ C ☐ E

110 A LDB determina que os conselhos escolares são mecanismos de participação da comunidade escolar e local, mas não especifica a composição exata, que é definida pela legislação de cada sistema de ensino. ☐ C ☐ E

111 Conforme a LGD/DF, as eleições para representantes dos segmentos da comunidade escolar para integrar o Conselho Escolar se realizarão ao final do primeiro bimestre letivo. ☐ C ☐ E

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

112 O Conselho Escolar, conforme a LGD/DF, se reunirá ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação do presidente, do diretor ou da maioria de seus membros. ☐ C ☐ E

113 Na ausência de estudantes que preencham a condição de elegibilidade para o CE no DF, as vagas correspondentes devem ser destinadas ao segmento dos pais e mães de alunos. ☐ C ☐ E

114 O Fórum dos Conselhos Escolares (FCE) é um órgão colegiado de caráter consultivo, cuja principal finalidade é discutir a qualidade social da educação em nível regional e nacional. ☐ C ☐ E

115 Os membros do Conselho Escolar, incluindo o diretor, devem ser eleitos pelos seus pares na comunidade escolar, sendo o voto direto e secreto. ☐ C ☐ E

116 As deliberações do Conselho Escolar devem ser tornadas públicas, garantindo um fluxo de comunicação permanente, de modo que as informações sejam divulgadas a todos e em tempo hábil. ☐ C ☐ E

117 O quórum para instalação das reuniões ordinárias do Conselho Escolar no DF exige a presença da maioria absoluta de seus membros. ☐ C ☐ E

118 O Conselho Escolar, no DF, elegerá, dentre seus membros, presidente, vice-presidente e secretário, e a escolha para essas funções pode recair sobre membros da equipe gestora, como o diretor. ☐ C ☐ E

119 A ausência injustificada de qualquer conselheiro a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco alternadas, no DF, implica vacância da função, exceto para os conselheiros natos. ☐ C ☐ E

120 A LGD/DF proíbe que os representantes dos pais, mães ou responsáveis que compõem o Conselho Escolar pertençam a outras categorias, como a de professores ou funcionários. ☐ C ☐ E

121 O Conselho Escolar é a instância recursal das decisões tomadas pelo Conselho de Classe, nos recursos interpostos por estudantes, pais ou profissionais da educação. ☐ C ☐ E

122 Nas reuniões do Conselho Escolar no DF, é garantido o direito a voz e voto a todos os que trabalham, estudam ou têm filho matriculado na unidade escolar, mesmo que não sejam conselheiros eleitos. ☐ C ☐ E

123 O Conselho Escolar tem como competência estruturar o calendário escolar, promover a avaliação anual da unidade escolar nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos, e intermediar conflitos. ☐ C ☐ E

124 A Assembleia Geral Escolar, como instância máxima de participação direta no DF, tem competência para discutir e aprovar, motivadamente, a proposta de exoneração de diretor ou vice-diretor. ☐ C ☐ E

125 A convocação da Assembleia Geral Escolar pode ser feita pelo Conselho Escolar, pelo diretor da unidade escolar ou por integrantes da comunidade escolar na proporção de 10% da composição de cada segmento. ☐ C ☐ E

126 Os Conselhos Escolares, como órgãos colegiados, representam um lugar de participação, discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, promovendo a gestão democrática. ☐ C ☐ E

127 O CE é revestido de competência legal para fiscalizar o cumprimento das normas e a legalidade ou legitimidade das ações aprovadas, incluindo a fiscalização do setor financeiro, pedagógico e administrativo. ☐ C ☐ E

128 O Conselho Escolar, em sua função Consultiva, atua como assessoramento, por meio de pareceres aprovados pelo colegiado, respondendo a consultas do governo ou da sociedade. ☐ C ☐ E

129 O Conselho Escolar deve garantir que o Projeto Político Pedagógico seja elaborado exclusivamente pelos especialistas da escola, visto que são eles que compreendem as prioridades pedagógicas e os objetivos da instituição. ☐ C ☐ E

130 As decisões e os resultados da Assembleia Geral Escolar devem ser registrados em ata, e os encaminhamentos decorrentes serão efetivados pelo Conselho Escolar, salvo disposição em contrário. ☐ C ☐ E

131 A LGD/DF prevê que as reuniões do Conselho Escolar serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas. ☐ C ☐ E

132 O Conselho de Classe, embora seja um órgão colegiado, não é considerado um mecanismo de efetivação da Gestão Democrática no DF. ☐ C ☐ E

133 O papel dos representantes das categorias sociais no Conselho Escolar é o da defesa dos interesses de sua corporação, uma vez que a representação tem como fundamento a voz plural da sociedade. ☐ C ☐ E

134 O Conselho Escolar deve estar articulado à possibilidade de se gerar uma gestão democrática, sendo um espaço público de inclusão e de pluralidade de ideias. ☐ C ☐ E

135 O Conselho Escolar favorece a construção de relações hierarquizadas de poder e dominação na escola, para garantir a ordem e a disciplina necessárias ao aprendizado. ☐ C ☐ E

136 O CE tem a competência de analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar. ☐ C ☐ E

137 O mandato de um conselheiro escolar no DF será considerado extinto em caso de renúncia expressa ou tácita, sendo esta configurada pelo não comparecimento a quatro reuniões no período de doze meses. ☐ C ☐ E

138 O CE tem o papel de intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica, desde que esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar. ☐ C ☐ E

139 O Conselho Escolar, em sua função deliberativa, pode ser acionado pela gestão para eleger as prioridades de uso dos recursos financeiros recebidos pela instituição. ☐ C ☐ E

140 A Assembleia Geral Escolar, como órgão máximo para tomar decisões na escola no DF, não é necessariamente o Conselho Escolar. ☐ C ☐ E

141 O Conselho Escolar deve contribuir para que o trabalho da escola promova um amplo processo da construção da democracia e da cidadania participativa. ☐ C ☐ E

142 A LGD/DF exige que o quórum para instalação das reuniões do Conselho Escolar seja a presença da maioria de seus membros. ☐ C ☐ E

143 O Conselho Escolar deve ser um documento público, disponível para consulta e leitura de todos os membros da comunidade escolar. ☐ C ☐ E

144 O CE deve ser constantemente analisado, rediscutido e avaliado por toda a comunidade escolar, e não apenas pela equipe gestora. ☐ C ☐ E

145 O Conselho Escolar deve ser entendido como um documento que formaliza as intencionalidades pedagógicas, possuindo um sentido explícito e definido coletivamente. ☐ C ☐ E

146 A Assembleia Geral Escolar se reunirá ordinariamente a cada ano, sendo a convocação feita apenas pelo diretor da unidade escolar. ☐ C ☐ E

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

147 A composição do Conselho Escolar deve ter, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, dependendo da quantidade de estudantes da unidade escolar no DF. ☐ C ☐ E

148 O Conselho Escolar atua no acompanhamento responsável, ético e propositivo do processo educativo, visando a uma educação emancipadora. ☐ C ☐ E

149 O termo "colegiado" significa uma assembleia de pessoas de natureza pública que busca aconselhar, dar parecer e deliberar sobre questões de interesse público. ☐ C ☐ E

150 O conselho escolar é o principal responsável pelo planejamento e elaboração do PPP, devendo os professores acatar suas decisões. ☐ C ☐ E

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

Gabarito comentado: Parte 2

BLOCO I: GESTÃO DEMOCRÁTICA

01	CERTO	A GD preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias.
02	ERRADO	A LDB estabelece que as normas de GD são definidas por leis dos respectivos Estados, Municípios e do Distrito Federal, considerando as peculiaridades de cada sistema de ensino.
03	ERRADO	A GD exige a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico, mas também a participação da comunidade em conselhos, sendo a participação uma característica de todos os segmentos.
04	CERTO	A GD busca a socialização e o compartilhamento do poder e a descentralização das tomadas de decisões, o que se traduz em relações horizontais.
05	CERTO	A GD está associada a mecanismos que desencadeiam a participação social na formulação de políticas educacionais, no planejamento e na tomada de decisões.
06	ERRADO	A liberdade/autonomia não é irrestrita; a escola deve atuar dentro da lei e das normativas legais e políticas públicas educacionais.
07	CERTO	A Assembleia Geral Escolar é a instância máxima de participação direta da comunidade escolar, conforme a LGD/DF.
08	CERTO	Os estudantes, para serem habilitados como eleitores, devem ter idade mínima de treze anos e frequência superior a cinquenta por cento das aulas no bimestre anterior.
09	CERTO	A GD, sustentada no diálogo, exige o respeito a normas coletivamente construídas para a tomada de decisões, sendo assumida como fator de melhoria da qualidade.
10	CERTO	A GD, como processo político, busca romper com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações escolares.
11	CERTO	A Conferência Distrital de Educação tem, entre seus objetivos, propor políticas educacionais que garantam a qualidade social da educação, o acesso e a permanência na escola.
12	CERTO	Se não houver Conselho Escolar, as competências de convocação da Assembleia Geral Escolar recairão sobre a direção da unidade escolar.

QUERO TREINAR ASSIM | R$ 97

13	**CERTO**	A eleição de gestores através do voto direto dos segmentos é uma forma de caracterizar a democracia nas eleições das instituições.
14	**CERTO**	A LGD/DF lista os órgãos colegiados, como Conselho de Classe, e a direção da unidade escolar como mecanismos de efetivação da GD.
15	**ERRADO**	A GD exige a participação de todos os segmentos em todos os processos desenvolvidos na escola: pedagógicos, administrativos e financeiros.
16	**CERTO**	A GD é um processo complexo que busca a transformação social e a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos, rompendo com o autoritarismo.
17	**CERTO**	O Plano de Trabalho para a Gestão da Escola deve explicitar os aspectos prioritários e as estratégias para a participação da comunidade.
18	**ERRADO**	A escolha do diretor e vice-diretor é por voto direto e secreto, sendo vedado o voto por representação, conforme a LGD/DF.
19	**CERTO**	Os votos são computados de forma paritária, com 50% do peso para os profissionais da educação e 50% para os estudantes e pais/responsáveis.
20	**ERRADO**	O quórum mínimo de votação exigido pela LGD/DF para o conjunto dos estudantes e pais/responsáveis é de 10% (dez por cento).
21	**CERTO**	Na perspectiva freireana, a GD busca a formação de sujeitos conscientes, capazes de avaliar, compreender, escolher, decidir e intervir no mundo.
22	**CERTO**	A LDB (Art. 14) define que os sistemas de ensino estabelecerão as normas de gestão democrática do ensino público, de acordo com as suas peculiaridades.
23	**CERTO**	A Valorização do Magistério abrange a valorização financeira, mas também melhores condições de trabalho e formação contínua.
24	**CERTO**	A participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes é um dos princípios da Gestão Democrática previstos na LDB.
25	**ERRADO**	A Assembleia Geral Escolar, no DF, se reunirá ordinariamente a cada seis meses.
26	**CERTO**	O Fórum dos Conselhos Escolares tem como objetivo fortalecer os Conselhos Escolares e efetivar o processo democrático nas unidades educacionais.
27	**CERTO**	A GD, ao exigir o compartilhamento de poder, busca relações mais horizontalizadas e menos hierárquicas.
28	**CERTO**	A GD é entendida como um espaço de deliberação coletiva, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

29	**ERRADO**	Tanto a participação dos profissionais na elaboração do PPP quanto a participação da comunidade em conselhos são princípios de GD estabelecidos pela LDB.
30	**CERTO**	A LDB estabelece essa composição para o Fórum dos Conselhos Escolares: dois representantes do sistema de ensino e dois de cada CE da circunscrição.
31	**CERTO**	A GD é um importante instrumento para a construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade e na democracia, articulando a escola com outras organizações.
32	**CERTO**	Em caso de empate, terá precedência a chapa em que o candidato a diretor apresentar maior tempo de efetivo exercício na unidade escolar.
33	**CERTO**	O Grêmio Estudantil é listado como um mecanismo de GD para o desenvolvimento da cidadania e autonomia dos estudantes.
34	**CERTO**	A LDB incumbe a escola de elaborar e executar a proposta pedagógica e informar pais/responsáveis sobre a execução.
35	**CERTO**	O respeito ao outro, a participação e o diálogo são princípios freireanos indispensáveis para a construção de uma escola democrática.
36	**CERTO**	O PPP espelha os anseios e metas da comunidade e define as diretrizes para o funcionamento da escola, atuando como guia para todos os envolvidos.
37	**ERRADO**	A LGD/DF estabelece os critérios de habilitação dos segmentos (estudantes, pais, profissionais) como eleitores nas eleições para gestores.
38	**CERTO**	A Assembleia Geral Escolar tem a competência de aprovar ou reprovar a prestação de contas dos recursos repassados à unidade escolar.
39	**CERTO**	O profissional da educação tem a permanência assegurada na unidade escolar pelo período correspondente ao exercício do mandato e um ano após seu término, salvo exceções legais.
40	**CERTO**	Na visão de Freire, o conteúdo programático do PPP é a devolução organizada e sistematizada dos elementos entregues pelo povo de forma desestruturada.
41	**ERRADO**	A autonomia da escola garantida pela GD abrange os setores pedagógico, administrativo e financeiro.
42	**ERRADO**	O trabalho pedagógico exige planejamento consciente, sistemático e responsável, e não pode ser desenvolvido de forma meramente espontânea.
43	**ERRADO**	Os pais, mães ou responsáveis por estudantes da Rede Pública de Ensino têm direito a um voto por escola em que estejam habilitados para votar.

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

44	CERTO	A GD abre possibilidades para a construção de uma escola pública de qualidade e representa uma possibilidade de vivência da democracia.
45	CERTO	O PPP, como processo democrático de decisões, preocupa-se em desvelar conflitos e eliminar relações autoritárias no interior da escola.
46	ERRADO	O PPP deve ser uma construção coletiva, elaborada com a participação de todos os segmentos, e não apenas pela equipe gestora.
47	CERTO	A BNCC deve ser vista como referência, mas o PPP deve atuar como instrumento de mediação crítica, traduzindo as diretrizes pedagógicas.
48	CERTO	O Conselho Escolar designa os integrantes da Comissão Eleitoral Local, no DF.
49	ERRADO	Em um colegiado, o poder é compartilhado, e as decisões são tomadas de forma plural, sem que o voto do diretor tenha maior peso.
50	CERTO	A GD incentiva a participação, estimulando o protagonismo dos professores e alunos nas mudanças e assegurando que todos tenham voz.

BLOCO II: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

51	CERTO	O PPP é o documento de identidade da escola, que define as diretrizes e serve como guia para todos os envolvidos.
52	ERRADO	O PPP é um documento vivo, flexível e nunca definitivo, estando em constante processo de aperfeiçoamento e revisão.
53	CERTO	A dimensão política do PPP está articulada ao compromisso social e à formação cidadã para um tipo de sociedade.
54	CERTO	A LDB incumbe os estabelecimentos de ensino de elaborar e executar sua proposta pedagógica.
55	CERTO	O PPP nasce de um planejamento participativo e deve ser elaborado coletivamente.
56	CERTO	Vasconcellos define o PPP como a sistematização, nunca definitiva, de um planejamento participativo, que se aperfeiçoa na caminhada.
57	CERTO	O Marco Referencial é composto pelo Marco Situacional (diagnóstico da realidade), Marco Doutrinal (filosofia/finalidade) e Marco Operativo (ações práticas).
58	CERTO	O diagnóstico é o primeiro passo para a construção do PPP, devendo conhecer a comunidade e os desafios de aprendizagem.
59	CERTO	A dimensão pedagógica define as ações educativas e projetos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

60	ERRADO	A BNCC é um documento normativo que deve ser incorporado de forma crítica ao PPP; não o substitui.
61	CERTO	O PPP de qualidade nasce da própria realidade e exige ação articulada de todos os envolvidos.
62	CERTO	O princípio da Liberdade é equivalente à autonomia, mas deve ser aplicado com responsabilidade, observando as normas e a legislação.
63	CERTO	O PPP é intencional, pois a direção que a escola segue é decidida conforme a intenção da comunidade escolar, logo, não é neutro.
64	ERRADO	O PPP deve articular as políticas públicas com as demandas específicas da comunidade escolar, sem que as necessidades nacionais se sobreponham acriticamente às locais.
65	CERTO	O PPP deve ser um documento vivo e não uma mera formalidade burocrática, servindo de parâmetro para a discussão de ações.
66	CERTO	O Plano de Trabalho deve destacar as metas para a melhoria da qualidade, a preservação do patrimônio e as estratégias para a participação da comunidade.
67	CERTO	Embora a construção coletiva seja desafiadora, ela resulta em legitimidade e pertencimento por parte dos envolvidos.
68	CERTO	É dever de cada escola construir seu PPP, valorizando sua história e seus sujeitos.
69	CERTO	O PPP deve ser um documento público e acessível a todos, não devendo ser guardado em gavetas ou arquivos escondidos.
70	CERTO	Igualdade, Qualidade, Gestão Democrática, Liberdade e Valorização do Magistério são os cinco princípios que norteiam o PPP.
71	CERTO	A BNCC, ao estabelecer parâmetros nacionais, serve como norte que deve ser contextualizado no PPP.
72	CERTO	O PPP é um documento em constante construção, que precisa ser constantemente analisado, rediscutido e avaliado para cumprir seu papel.
73	ERRADO	A autonomia escolar é um princípio, mas ela não permite total independência dos referenciais curriculares nacionais (como a BNCC).
74	CERTO	A expressão PPP é carregada de significado, remetendo ao plano, ao compromisso social e à organização das ações educativas.
75	CERTO	O PPP é o documento mais importante, e todos os demais documentos da escola devem estar referenciados nele.

76	CERTO	A construção do PPP deve ser feita pela própria comunidade escolar para que se crie a ideia de pertencimento e represente a identidade da escola.
77	CERTO	Cada escola possui uma identidade e realidade única, devendo o PPP representar essas especificidades.
78	CERTO	O alinhamento à BNCC exige a articulação de todas as ações pedagógicas e avaliativas ao PPP.
79	CERTO	Para a revisão do PPP alinhada à BNCC, o gestor deve participar dos momentos de formação da secretaria de educação para contextualizar o processo.
80	ERRADO	O PPP não tem periodicidade fixa (como a cada dois anos) definida por lei, mas deve ser atualizado sempre que for necessário.
81	CERTO	O diagnóstico inicial das práticas e do aprendizado dos alunos é o primeiro passo para a revisão do PPP, garantindo diretrizes condizentes com a realidade.
82	CERTO	Para Veiga e Vasconcelos, o PPP de qualidade é um processo participativo que se concretiza na ação articulada dos envolvidos e se aperfeiçoa na caminhada.
83	CERTO	O PPP é o instrumento de mediação crítica que adapta as diretrizes nacionais à diversidade e à realidade da escola.
84	CERTO	O PPP abrange o plano global da instituição, norteando as ações administrativas, financeiras e pedagógicas.
85	CERTO	O currículo é um campo de disputas que define o que e para que ensinar, indo além da seleção de conteúdos.
86	CERTO	O projeto pedagógico da escola do ensino regular deve prever a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a elaboração do Plano de AEE.
87	CERTO	O PPP, como processo democrático, busca eliminar as relações corporativas e autoritárias, rompendo com o mando da burocracia.
88	ERRADO	O PPP abrange todas as dimensões da escola (pedagógicas, administrativas, financeiras, sociais) e dialoga com as demandas internas e externas.
89	CERTO	O princípio da Igualdade busca garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
90	CERTO	O princípio da Qualidade exige que a prática pedagógica atue para que haja igualdade no ponto de chegada dos alunos.

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

91	CERTO	A proposta pedagógica precisa contemplar ações que possibilitem a plena inserção de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades.
92	CERTO	A construção do PPP deve valorizar a diversidade e a individualidade de cada sujeito, em busca de uma educação inclusiva e democrática.
93	CERTO	O currículo é um dispositivo importante para a construção da identidade cultural dos estudantes, sendo parte integrante do PPP.
94	CERTO	O PPP é um compromisso político e pedagógico coletivo, elaborado pelos profissionais e demais membros da comunidade escolar.
95	ERRADO	A dimensão pedagógica se refere às práticas didáticas e à organização do trabalho pedagógico; a dimensão política refere-se ao compromisso social e à formação cidadã.
96	CERTO	O PPP, como documento de identidade, deve conter informações essenciais sobre a escola, como sua história, estrutura, função social e fundamentos teóricos.
97	ERRADO	O PPP é um processo e produto, sendo um documento vivo e nunca acabado, que está sujeito a constantes revisões e atualizações.
98	CERTO	O PPP é o documento oficial que expressa a identidade e as orientações metodológicas e concepcionais da escola.
99	CERTO	O PPP deve ser constantemente revisto, pois a esperança freireana se concretiza na prática, na luta e no movimento de aperfeiçoamento.
100	ERRADO	A mera matrícula não é suficiente; o PPP precisa contemplar ações curriculares, metodológicas e avaliativas para a plena inserção do aluno.

BLOCO III: CONSELHOS ESCOLARES

101	CERTO	O Conselho Escolar é um órgão colegiado crucial para a efetivação da gestão democrática do ensino público.
102	ERRADO	O poder em um órgão colegiado é compartilhado; o voto de todos os membros tem o mesmo peso.
103	CERTO	A função Deliberativa é a competência para decidir em instância final sobre determinadas questões, como a aprovação do PPP.
104	CERTO	O termo "conselho" implica ouvir e submeter algo à deliberação, indicando seu caráter público e participativo.
105	ERRADO	A função Fiscal do CE abrange a fiscalização de questões financeiras, pedagógicas e administrativas.

QUERO METAS COMO ESTA | R$ 97

106	CERTO	As funções do CE incluem: Deliberativa, Consultiva, Fiscal, Mobilizadora e Recursal.
107	CERTO	A função Mobilizadora situa o CE na mediação entre governo e sociedade, estimulando a participação e a busca por propostas pedagógicas.
108	ERRADO	A função de conselheiro escolar é considerada serviço público relevante, mas não é remunerada.
109	CERTO	O CE é composto por representantes de todos os segmentos: alunos, professores, direção e funcionários.
110	CERTO	A LDB prevê a participação da comunidade em conselhos, cabendo às leis locais definir a composição detalhada.
111	CERTO	As eleições para o CE no DF são realizadas ao final do primeiro bimestre letivo.
112	ERRADO	O Conselho Escolar no DF se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação.
113	CERTO	Se não houver estudantes elegíveis, as vagas no CE serão destinadas ao segmento dos pais e mães de alunos, conforme a LGD/DF.
114	ERRADO	O Fórum dos Conselhos Escolares é um órgão colegiado de caráter deliberativo, cuja finalidade é fortalecer os CE e a GD.
115	ERRADO	O diretor é membro nato do Conselho Escolar e não é eleito pelos seus pares.
116	CERTO	A publicidade das deliberações garante a transparência e o fluxo de comunicação permanente na comunidade escolar.
117	ERRADO	Para a instalação das reuniões do Conselho Escolar no DF, será exigida a presença da maioria de seus membros (maioria simples).
118	ERRADO	O Presidente, Vice-Presidente e Secretário do CE não podem ser membros da equipe gestora da unidade escolar.
119	CERTO	A ausência em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas implica vacância da função para os conselheiros eleitos, não se aplicando aos conselheiros natos.
120	CERTO	A LGD/DF impede que os representantes dos pais, mães ou responsáveis pertençam a outras categorias (como professores ou funcionários).
121	CERTO	O CE atua como instância recursal para as decisões tomadas pelas demais instâncias deliberativas, como o Conselho de Classe.
122	ERRADO	As reuniões são abertas, com direito a voz, mas não a voto, aos que não são conselheiros eleitos.

QUERO O PROGRAMA COMPLETO | R$ 97

123	CERTO	O CE tem a competência de estruturar o calendário escolar, promover a avaliação anual e intermediar conflitos.
124	CERTO	A Assembleia Geral Escolar, como instância máxima, tem a competência para discutir e aprovar a proposta de exoneração de diretor ou vice-diretor.
125	CERTO	A convocação da Assembleia Geral Escolar pode ser feita por integrantes da comunidade escolar (10% de cada segmento), pelo CE ou pelo diretor da unidade escolar.
126	CERTO	Os Conselhos Escolares são lugares de participação, discussão, negociação e encaminhamento de demandas, promovendo a gestão democrática.
127	CERTO	A função fiscalizadora abrange a legalidade das ações e o uso racional dos recursos, incluindo as dimensões pedagógicas e administrativas.
128	CERTO	A função Consultiva tem um caráter de assessoramento e é exercida por meio de pareceres aprovados pelo colegiado.
129	ERRADO	O PPP deve ser elaborado com a participação de todos os segmentos, e não apenas por especialistas, pois isso fere a gestão democrática.
130	CERTO	As decisões da Assembleia Geral Escolar são registradas em ata e o CE efetiva os encaminhamentos, salvo disposição em contrário.
131	CERTO	As reuniões do Conselho Escolar no DF serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas.
132	ERRADO	O Conselho de Classe é listado pela LGD/DF como um dos órgãos colegiados para a efetivação da Gestão Democrática.
133	ERRADO	O papel dos representantes não é a defesa dos interesses de sua corporação, mas sim a busca pelo compromisso de todos para a promoção da educação de qualidade.
134	CERTO	O CE é um espaço de inclusão, de pluralidade e é articulado à gestão democrática.
135	ERRADO	O CE busca relações horizontalizadas e a partilha de poder, contrariando a construção de hierarquias de poder.
136	CERTO	O CE tem competência para analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer segmentos.
137	ERRADO	A renúncia tácita no DF é configurada pelo não comparecimento a seis reuniões no período de doze meses (e não quatro).
138	CERTO	Intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica é competência do CE.

139	ERRADO	A priorização de uso de recursos financeiros é uma função fiscalizadora (uso racional e transparente) e, muitas vezes, deliberativa (aprovação do orçamento), não apenas consultiva.
140	CERTO	A Assembleia Geral Escolar é a instância máxima de participação direta; o Conselho Escolar é um órgão colegiado, mas não a instância máxima de participação direta.
141	CERTO	O CE deve contribuir para a construção da democracia e da cidadania participativa.
142	CERTO	A LGD/DF exige que o quórum para instalação das reuniões seja a presença da maioria dos seus membros.
143	CERTO	O CE, assim como o PPP, deve ser um documento ou registro público, disponível para consulta.
144	CERTO	O CE deve estar em constante processo de reanálise, rediscussão e avaliação por toda a comunidade escolar.
145	ERRADO	O Conselho Escolar é um órgão colegiado e um instrumento, enquanto o PPP é o documento que formaliza as intencionalidades pedagógicas.
146	ERRADO	A Assembleia Geral Escolar se reunirá ordinariamente a cada seis meses, e a convocação pode ser feita por diversos segmentos, não apenas pelo diretor.
147	CERTO	O CE no DF será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 21 conselheiros.
148	CERTO	O CE é um instrumento para o acompanhamento responsável, ético e propositivo do processo educativo, visando a uma educação emancipadora.
149	CERTO	O termo "colegiado" se refere a uma assembleia de pessoas de natureza pública que delibera sobre questões de interesse público.
150	ERRADO	O Conselho Escolar não é o principal responsável pela elaboração do PPP; a elaboração é um processo coletivo e participativo, e os professores são protagonistas na sua construção.

QUERO GARANTIR MINHA VAGA | R$ 97

PARABÉNS

Você concluiu 300 questões

Se você chegou até aqui, sentiu na prática como funciona o Programa de Metas: **muita questão, organizada por assunto, com explicação de cada resposta**. Agora imagine isso toda semana, cobrindo todo o conteúdo comum do edital, até o dia da prova.

até 200
questões por meta

2x
metas por semana antes do edital

até a prova
acesso garantido

- Serve para todos os cargos (conhecimentos básicos e complementares)
- Primeira meta em 8 de dezembro
- 50% de desconto em todos os produtos do Prof. Francelino
- Pagamento por Pix, boleto ou cartão

Valor regular: ~~R$ 197,00~~

R$ 97,00

Até 30/11 ou até a publicação do edital, o que acontecer primeiro.

QUERO GARANTIR MINHA VAGA